

## Sociedade e Municipalismo no Porto de Setecentos: alguns aspectos

Ana Sílvia Albuquerque O. Nunes

O presente trabalho tem como objetivo analisar a sociedade e o municipalismo no Porto de Setecentos, sob o ponto de vista da estrutura social e da organização municipal. Para isso, foram consultados os arquivos municipais e os arquivos da Câmara Municipal do Porto, bem como a literatura especializada no assunto.

A sociedade do Porto de Setecentos era caracterizada por uma estrutura social rígida, baseada na hierarquia e na tradição. A sociedade era dividida em classes sociais, com a nobreza no topo e o povo no fundo. A nobreza era formada por famílias que possuíam terras e títulos nobiliárquicos, e que exerciam o poder político e econômico da cidade.

O municipalismo no Porto de Setecentos era baseado no sistema de irmandades, que eram associações de cidadãos que se reuniam para discutir e decidir sobre os assuntos da cidade. As irmandades eram compostas por membros de diferentes classes sociais, mas a nobreza sempre tinha uma influência maior.

As irmandades tinham o poder de eleger o alcaide, que era o responsável pela administração da cidade. O alcaide era escolhido por voto direto dos membros das irmandades, e era responsável por manter a ordem e a justiça na cidade.

Além das irmandades, havia também as corporações de ofício, que eram associações de artesãos e comerciantes de uma mesma profissão. As corporações tinham o poder de regulamentar a produção e o comércio de seus produtos, e de eleger representantes para participar das decisões da cidade.

Em conclusão, a sociedade e o municipalismo no Porto de Setecentos eram caracterizados por uma estrutura social rígida e por um sistema de irmandades e corporações que exerciam o poder político e econômico da cidade.



A Cidade do Porto no devir do século XVIII vive um acentuado crescimento económico e populacional. Reveste-se assim de grande interesse a análise da sociedade no sentido de entender as mudanças que ocorrem no seu seio, pois crescimento demográfico significa não só a multiplicação natural da sua população enraizada mas também a vinda de novas gentes atraídas pela pujança económica da cidade.

O meio que iremos utilizar neste trabalho para tentar caracterizar a sociedade portuense setecentista, e que simultaneamente terá o papel de filtro dessa mesma população urbana, é o desempenho de cargos cimeiros no poder municipal. Logo a análise social que iremos efectuar circunscrever-se-á àqueles que passaram pela liderança da cidade do Porto englobando dados recolhidos pela observação dos bastidores do Poder<sup>1</sup>.

Sendo assim, pode-se afirmar que logo no início da centúria a cidade era elitista, se atendermos às exigências sociais tidas em conta para o acesso à edilidade. Estas vão aumentando em paralelo com a crescente afirmação do absolutismo. Se é verdade que nos primórdios do século só fidalgos podiam ser arrolados para a função de vereador, com Pombal os requisitos vão mais longe; apenas Fidalgos com Moradia na Casa de Sua Majestade podiam ser englobados nos róis de elegíveis a Vereador<sup>2</sup>. Mesmo a gente já conhecida da governança, se fechavam as portas<sup>3</sup>.

Os novos Fidalgos da Casa Real são raros na esfera do Poder. Mas uma vez filhado e com as influências devidas seriam incluídos no núcleo dos elegíveis. É o caso de Tomás da Silva Ferraz, cujo sogro, Desembargador do Paço lhe angaria a matrícula na Casa Real, em recompensa régia dos seus próprios serviços e de imediato é chamado a ingressar na governança local.

<sup>1</sup> Este trabalho reflecte essencialmente conclusões da minha dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Portucalense em 2004, a qual se intitula *Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às Invasões Francesas* (ainda apenas disponível na versão policopiada, estando prevista sua publicação para breve).

<sup>2</sup> Não bastava ser filho e neto de Vereador, o que por si só já limitava o acesso ao poder, mas era condição *sine qua non* ser matriculado na Casa Real. Repare-se nos casos de fidalgos que pertenciam a famílias de moradores da Casa Real, como os Pamplonas Rangéis, mas que sem a matrícula específica de um determinado elemento (caso de João Álvares Pamplona Carneiro Rangel) este não teria acesso ao cargo de Vereador. Poderia ser almotacé, mas enquanto não fosse filhado, não ocuparia a função mais prestigiada do Senado; ver NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. – *Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às Invasões Francesas*. Porto, 2004. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Portucalense.

<sup>3</sup> Caso dos Alões, por não serem filhados. Ver informações sobre os Alões em NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. – *Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às Invasões Francesas*. Porto, 2004. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Portucalense.



Obviamente, este fenómeno constituía uma intromissão no sistema clientelar de governo que observamos na Cidade do Porto mas não invalida a sua existência, pois podemos nomear vários casos de Vereadores que vivendo não há muito tempo na Cidade do Porto foram atraídos para o governo pela função satelizadora de famílias tradicionalmente de Vereadores – como a dos Alcoforados a ou dos Brandões Pereiras de Lacerda – com quem se ligaram familiarmente, por exemplo, Martim Afonso de Melo, ou Rodrigo Homem de Soveral de Vasconcelos. Também o genro de Vicente de Távora e Noronha foi chamado à governança, não sendo filho nem neto de Vereador.

Mas um caso peculiar foi o de Vicente Pedrossem da Silva, cujo pai, Pedro Pedrossem da Silva, obteve o foro de Fidalgo da Casa Real por renúncia que nele foi feita, mas não chegou a ser Vereador, sendo somente Almotacé. Vicente Pedrossem da Silva, quando foi Almotacé em 1767, já tinha o foro de F.C.R., que “pelo pai lhe pertence”, mas durante 25 anos os Informadores não o inseriram nos Cadernos (os seus rendimentos estavam dentro da média, que veremos em seguida). O ostracismo a que foi votado foi ainda mais além, pois só foi arrolado passados 30 anos de ser F.C.R., chegando a ser Vereador por nomeação no Desembargo do Paço, que o entendeu escolher, pois outros arrolados tinham maior votação do que ele. Há certas atenuantes para esta demora dos Informadores, nomeadamente não ser filho de Vereador (mas vimos no exemplo atrás que Tomás da Silva Ferraz também não era), ou as reconduções sucessivas do Senado, mas que não são suficientes para desfazer dúvidas em relação à atitude tomada perante Vicente Pedrossem da Silva, pelo que somos levados a crer que não o consideravam como fazendo parte da sua *entourage*. Note-se que ele foi englobado nos Cadernos de Elegíveis depois de ser Deputado da *Companhia das Vinhas do Alto Douro* na fase (1778-1781) em que o Provedor da mesma Instituição era o F.C.R., Bento Luís Correia de Melo, Vereador da Cidade do Porto, um dos mais significativos em termos de mandatos.

Os rendimentos pessoais dos Vereadores rondavam entre 4.000 cruzados e 15.000 cruzados (com a excepção de Pachecos Pereira que chegam aos 20 e 30.000 cruzados), podendo-se calcular uma média de 8.000 cruzados sensivelmente (3.250 contos). Fazemos notar que o grau de fortuna varia em relação ao mesmo Vereador, seja pelos diferentes Informadores que calculam os rendimentos, seja em alguns casos, objectivamente pelo enriquecimento ao longo da sua vida. Aliás, pensamos que neste aspecto o vinho do Douro teve uma enorme importância, estando subjacente ao recrudescimento económico e consequentemente social e urbano do

Porto setecentista<sup>4</sup>. O interesse directo nas actividades ligadas ao Vinho do Douro era um facto que podemos testemunhar, nomeadamente pela presença significativa de “Vereadores” na direcção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e nos investimentos nessa, e noutras companhias de comércio, feitos pela população endinheirada, ou que contraía empréstimos para a compra de acções das mesmas, nomeadamente junto da Santa Casa da Misericórdia<sup>5</sup>.

Nota-se perfeitamente uma correspondência entre o nível de fortuna, ser filhado na Casa Real e ser Vereador ou, em caso de rendimento mais baixo, ser Escrivão. De facto, muitos irmãos secundogénitos desempenham o cargo de Escrivão, que aliás, por determinação régia estava também reservado para membros empobrecidos das famílias mais nobres da terra, de preferência fidalgas (embora Cidadãos tenham exercido essa função em *exequo* com Fidalgos); podemos referir a família Melo Correia, ou a Mesquita Pimentel, mas no caso dos Sousa Cirne de Madureira a situação foi diferente pois realmente o irmão secundogénito foi Escrivão mas o primogénito foi Escrivão também antes de ser Vereador, o que é uma situação única, que talvez tenha ocorrido por se situar em parte na primeira metade de setecentos.

<sup>4</sup> O imposto mais significativo, no século XVIII, para o financiamento das obras da cidade veio a ser o de um “real por quartilho em todo o vinho que se consumir no districto” do privilégio da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – Cf. A H.M.P. *Obras Públicas*, lv. 2301, fl. 1v. In NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. – “A Edilidade Portuense e o Vinho do Douro”, a publicar na CEHA. (Madeira), Actas do III SIMPOSIO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E CIVILIZAÇÃO DA VINHA E DO VINHO – FUNCHAL 5 a 8 de Outubro de 2003.

A importância da contribuição do imposto sobre o vinho está bem clara numa carta enviada pela Junta à Companhia das Vinhas do Alto Douro:

“Sua Magestade foi servido attender benignamente a humilde respresentação que lhe fizemos da necessidade que havia de fazer de novo nesta cidade algumas obras publicas, e reparar muitas das antigas para o que não havião meys nos Erarios publicos da cidade e só poderião occorrer a estas necessidades publicas concedendo-nos o mesmo Senhor a graça de continuar por des annos o Real Imposto em cada quartilho de vinho que se vendesse no destrito da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que administra essa Junta, arrecadando-se pela forma que se tinha disposto para arrecadação do subsídio militar, que Sua Magestade mandou suspender pellas novas ordens da cobrança das Decimas; e como o mesmo Senhor foi servido anuir a nossa representação concedendo-nos a mercê que lhe pedimos pelo decreto da datta de 12 de Março firmado pela Sua Real mam de que retemos a copia: rogamos a Vossas Mercês queirão em execução della dar as ordens necessarias aos seus feitores para de novo se continuar na arrecadação do dito Real pella mesma forma com que nessa Junta se tinha bem justa e utilmente praticado. Deus Guarde as Pessoas de Vossas Mercês. Porto em Junta da Camara 28 de Março de 1763.

Sobre este assunto ver também: ALVES, Joaquim J.B. Ferreira – *O Porto na Época dos Almadás: 1757-1804*. Porto: [s./n.] 1989-90. 2 vols. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras, pp. 175, 176.

CARDOSO, António de Barros – *Vinho e Fiscalidade na Época Moderna. Douro: Estudos & Documentos*. Porto. ISSN 0873-3899; 3(1997); p.74. O autor fundamenta-se na obra de António Cruz sobre os *Forais Manuelinos da cidade e Termo do Porto*. Ver do mesmo autor sobre o assunto de “vinho, fiscalidade e urbanismo” – *Baco & Hermes: O Porto e o Comércio Interno e Externo dos Vinhos do Douro (1700-1756)*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2003. ISBN 972-98969-0-9.

<sup>5</sup> Ver a este propósito: NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O – “Real Companhia Velha e Câmara Municipal do Porto: Um século de direcção comum (1756-1855)” in 2.º ENCONTRO INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO NO VALE DO DOURO. Porto, Vila Real, S. João da Pesqueira, Régua. 14 a 17 de Outubro de 2004. Actas – Porto: GEHVID, 2004, vol. 17, pp. 135-159.



No entanto, rendas baixas (relativamente) não foram obstáculo para António Carlos Pamplona Carneiro Rangel ser Vereador, pois auferia anualmente cerca de 2.000 cruzados, o que era manifestamente inferior à média (embora fosse solteiro e vivesse na Quinta de Beire com o irmão primogénito). Talvez o facto de ser filho, neto, bisneto de Vereadores e ser filhado na Casa Real, lhe tenham permitido o acesso a essa função, e também por eventualmente a situação ter ocorrido nos primeiros anos da segunda metade do século XVIII. Mas o caso de Joaquim de Vasconcelos Cardoso e Meneses é ainda mais surpreendente, pois foi Vereador vários mandatos no fim do século XVIII e princípios do seguinte e auferia de 1.250 cruzados de rendimento. O seu irmão primogénito, Gaspar Cardoso de Carvalho e Fonseca foi Informador. Seria uma recompensa do Poder Central às pessoas da sua confiança?

De facto, observámos a ocorrência de situações de preferência nas nomeações do Desembargo do Paço em relação a Informadores como por exemplo a Francisco Manuel Correia de Lacerda, Diogo Leite Pereira de Lima e Melo, José Cirne de Sousa de Madureira e D. António de Noronha de Mesquita e Melo<sup>6</sup>.

Os Vereadores da segunda metade do século são ainda mais privilegiados no que respeita ao ciclo de funções previsto nas Ordenações Filipinas. Já não se observa tanto o filtro de aferição de apetência para o desempenho de funções municipais que seria de Almotacé, antecedendo a de Vereador. A situação mais corrente, sendo Fidalgo da Casa Real, é ter acesso directo ao cargo de Vereador sem passar previamente pelo de Almotacé. Por vezes, tal não acontece, mas não esqueçamos que o Senado foi reconduzido bastantes vezes no período em apreço, sendo necessários Almotacés e não tanto Vereadores, por que a eleição dos primeiros, que se desenrolava ao nível do Poder Local, continuava a decorrer com normalidade.

Mas podemos dizer que basta ser filho ou neto de Vereador e Fidalgo da Casa Real para ser Vereador? Normalmente esse facto ocorre, a não ser que os filhos estejam ocupados em funções militares<sup>7</sup>. Mas ser familiar de gente da governança, não é suficiente e temos a prova disso. Nesse aspecto o papel do Corregedor/Provedor da Comarca do Porto têm alguma importância, pois é-lhe conferido o direito de dar o seu parecer sobre os elegíveis para os vários cargos. Se normalmente dá o benefício da dúvida a filhos de Vereadores que ainda não desempenharam essa função, pelo menos no caso do cunhado do Vereador José de Melo Pereira Correia Coelho, o F.C.R. Francisco Peixoto Pinto Coelho, apesar de ser das mais significativas fortunas do seio dos elegíveis ao mesmo cargo (15.000 cruzados), não foi empossado pelo Desembargo,

<sup>6</sup> Ver capítulo *Processo Eleitoral dos Oficiais Municipais* na referida dissertação de Doutoramento.

<sup>7</sup> Situação patenteada na mesma dissertação.

não sabemos se pelas reconduções que ocorrem na fase em que foi arrolado – 1803 e 1805 – se nunca o seria pela opinião negativa do Corregedor a seu respeito como a de “não tem capacidade nem proporções para servir ofícios da governança”<sup>8</sup>.

Quando afirmamos que as opiniões do Corregedor têm uma importância relativa baseamo-nos em factos observados nos bastidores do processo eleitoral, pois no Desembargo do Paço fez-se muitas vezes letra-morta do parecer desse representante do poder central e nomearam-se pessoas menos apreciadas, situação que ocorre com mais frequência noutros cargos que não o de Vereador, com excelência para o caso de José Pedro Antunes Pereira, Procurador da Cidade, sobre o qual o Corregedor opina que “não tem as qualidades que se requerem” e afinal foi o escolhido pelo Desembargo do Paço, por determinação de favor régio, em deterimento de Bento Gomes Delgado que tinha recebido os maiores elogios alguma vez feitos pelo Corregedor. Mas o mesmo José Pedro Antunes Pereira tinha servido nos “ofícios das Apelações Cíveis da Relação do Porto”, pelo que deve ter accionado influências junto do meio judicial<sup>9</sup>.

Aliás uma situação peculiar é a que respeita às informações do Corregedor/Provedor do Porto, que era nessa altura D. Francisco de Almada de Mendonça e Melo, sobre o seu sobrinho Gonçalo de Sousa da Silva Alcoforado, Mestre de Campo de Auxilares do Partido do Porto, o qual recomenda vivamente e apesar de este ter tido mais votos que os seus pares nunca chegou a ser Vereador, acabando mais tarde por se ausentar para a Corte. Estava-se na década de 80 e Sebastião José de Carvalho e Melo já tinha sido afastado. Seria essa a razão de o seu primo Governador das Armas, Corregedor e Provedor da Comarca do Porto não ser ouvido no Desembargo do Paço?

Em todo o caso, o Corregedor tem um papel que não podemos deixar de referir, que é o de estar atento sobre os arrolados nos Cadernos e nas Pautas, para o que convoca os Informadores e indaga as razões de não terem incluído algum indivíduo de quem tenha conhecimento. No que respeita aos elegíveis a Vereador, não é significativa esta intervenção, pois os casos observados reportam-se a Informadores que não se incluíram a si próprios e aos seus filhos por uma questão de ética, e também a duas situações específicas que são as referentes a Carlos Brandão Alvo Perestrelo, que os Informadores não incluíram por ser Sargento-mor no activo da Guarnição da Cidade do Porto e Francisco Maria de Andrade Corvo Palhares e Melo, de

<sup>8</sup> Ver família Melo Correia em NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. - *Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às Invasões Francesas...*

<sup>9</sup> Ver capítulo dos Cidadãos, item Procuradores da Cidade em NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. - *Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às Invasões Francesas...*



quem os Informadores “não se lembraram” por não ser filho nem neto de Vereador da Cidade do Porto (era de famílias da Corte). Portanto, este último seria a única lufada de ar fresco no circuito fechado de Vereadores, mas apesar de ter sido arrolado em seguida, não chegou a ser empossado. Repare-se que esta situação ocorreu em 1779, e Francisco Maria de Andrade Corvo Palhares e Melo já tinha sido Almotacé em 1767, para o que foi compulsivamente obrigado pelo Rei, pois recusava-se a exercer o cargo<sup>10</sup>. Provavelmente esta situação significa que não ficou registado na memória dos seus iguais em nível social como um igual na governança. Note-se que foi considerado pelo Governador como um “filho-famílias”, mas tal não bastou para entrar de facto no governo municipal (apesar de ter tido 1 voto nas eleições dado pelo par de Eleitores Diogo Leite Pereira e João Pacheco Pereira, pois foi incluído nas pautas em obediência à chamada de atenção do Corregedor).

A maior diversidade de nomes arrolados observa-se ao nível dos cargos de Procurador da Cidade e Tesoureiro. A acrescer a esse facto, é nessas listagens que se nota mais a intervenção do Governador/Corregedor, indagando junto dos Informadores os motivos de não inclusão de certas pessoas. Alguns nomes não tinham sido arrolados por não serem conhecidos ou não corresponderem a pessoas com “Hábito de Cristo” ou estatuto de “Cidadão”, não havendo neste último caso, nada a fazer. Também no cargo de Escrivão, várias vezes o Corregedor lembra nomes, alguns deles de gente que tinha sido anteriormente Almotacé, outros nunca passaram pelo governo municipal, nem antes nem a *posteriori*.

Mas, no cômputo final os Homens da Governança (já não falando do cargo de Vereador cujas características de hermetismo são um facto), mantêm-se praticamente em circuito fechado com excepção do cargo de Tesoureiro e fora do Senado, o de Almotacé.

Sintetizando: têm acesso ao poder municipal dois patamares de nobreza. A primeira nobreza, ou seja a dos Fidalgos da Casa Real é a única que tem acesso ao cargo de Vereador, havendo quase uma profissionalização no Poder, pela constância das mesmas pessoas nesses cargos durante largos períodos de tempo, cujo expoente máximo foi o Vereador D. António de Noronha de Meneses de Mesquita e Melo, com 19 mandatos.

A segunda nobreza, que corresponde aos Cidadãos da Cidade do Porto, ocupa as funções de Procurador da Cidade, e de Tesoureiro. Esta última não era muito dignificante o que é testemunhado pela expressão dos Informadores quando perante o governador informam que

<sup>10</sup> Veja-se Parte I – cap. II.3.3–os Almotacés e Parte II, cap. I.1.4 – Fidalgos arrolados... em NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. – *Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às Invasões Francesas...*

não tinham incluído João de Basto Maia nos Cadernos desse cargo, pois ele tinha sido “*Provedor da Companhia* (das Vinhas do Alto Douro), e tem nesta Cidade muito maior representação que a que costumam ter os Tesoureiros da Cidade”.

De facto ninguém notoriamente pretendeu ocupar esta função, embora tivesse que ser desempenhada por pessoas muito abonadas, normalmente dedicadas ao negócio de grosso trato. Talvez até por esta razão não tivessem grande disponibilidade de tempo para perder com as enormes responsabilidades financeiras de uma função que não lhes trazia grande prestígio, pois de facto este não era tão elevado como o dos restantes membros do Senado.

O cargo de Escrivão, embora reservado à “*principal nobreza*” da Cidade, sobretudo a elementos empobrecidos da fidalguia, normalmente filhos secundogénitos para que tivessem um meio de subsistência, acabou por ser entregue grande parte do tempo a Cidadãos, sendo um, João Caetano de Telo e Sousa, reconduzido por provisão régia pelas suas aptidões pessoais.

Assim, o núcleo dos Fidalgos da Casa Real com funções na administração municipal do Porto, fecha-se em si mesmo o mais possível. Inclusivamente no que respeita a casamentos<sup>11</sup>, as famílias escolhem entre o seu próprio clã os seus pares, casando frequentemente tios com sobrinhas, ou primos entre si, ou casando fora da Cidade, normalmente com filhas de F. C. R, mas não com gente da governança que não seja da esfera dos Fidalgos da Casa Real, pelo menos tanto quanto pudemos aferir. Os parentescos que se estabelecem<sup>12</sup> vêm de trás, na maioria das vezes, concretizando-se alguns no período em apreço; note-se que graus próximos de parentesco entre Vereadores, normalmente de cunhado ou genro, que se estabeleceram na fase do nosso estudo, muitas vezes são motivadores do chamamento à esfera do Poder das pessoas que se integraram por essa via em famílias de Vereadores, mas que já era detentoras de foros de fidalgo da Casa Real.

Os casos que se verificaram na primeira metade do século XVIII, de casamentos entre Vereadores F.C.R. e de Cidadãos também não acontecem na segunda metade. No decorrer de mais uma geração observa-se o reforço da elitização da sociedade. Os filhos dessas uniões eram já, eles próprios Fidalgos da Casa Real. As situações de Luís Beleza de Andrade, de Gonçalo de Meireles Guedes de Carvalho, de D. Lourenço de Amorim da Gama Lobo, que a

<sup>11</sup> Observável nas notas biográficas dos *Items* familiares em NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. – *Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às Invasões Francesas...*

<sup>12</sup> Patentes, nomeadamente no Organigrama de famílias Fidalgas em NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. – *Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às Invasões Francesas...*, pp. 238-241.



não ser o primeiro que casou com uma filha de um Procurador da Cidade e Almotacé mas que era Juiz Executor e proprietário da dízima da Chancelaria da Corte e da Casa da Suplicação, os restantes casaram com filhas de “homens de negócio” da Cidade do Porto, Cidadãos da governança. Afinal não haveria grandes diferenças no trato nem nos privilégios jurídicos pois todos eram nobres, mas ser morador ou não da Casa Real ainda fazia a diferença, como vemos, pelo menos nas exigências da governança. Naturalmente é preciso avançar no tempo e observar estes comportamentos que necessariamente se viriam a modificar, mas no período em apreço, este é o estado das coisas.

A grande mobilidade social, opera-se mais uma vez, continuando a situação que se vinha a verificar anteriormente, no seio dos Almotacés. Levantámos séries bastante significativas de documentos que trouxeram à luz as origens sociais das pessoas que por vezes só passam uma vez no poder municipal. As Habilitações à Ordem de Cristo permitiram constatar não só a ascensão social de muitos Almotacés, mas também a mobilidade geográfica das suas famílias que testemunha dois aspectos que nos parecem importantes: primeiro, que a Cidade em crescimento era um pólo atractivo para muita gente, o que justifica os inúmeros casos (consultados) sobre aforamentos de terras que chegam ao Desembargo do Paço; em segundo lugar, que esta nova gente ia sendo integrada na governança da Cidade depois de ter percorrido um caminho de afirmação social, que lhes permitisse granjear o estatuto de Cidadão ou a nobreza reconhecida para desempenhar cargos municipais de elite.

Não podemos afirmar que ser Almotacé era um ofício desejado como na primeira metade do século XVIII, pois não são registados como anteriormente, casos de pedidos de dispensas régias de “falta de qualidade” social para exercer cargos na *res publica*, embora tenhamos um ou dois exemplos de pessoas que pediram para ser incluídas nos pelouros desse ofício. Ascensão social continua a existir mas o caminho percorrido é outro e o melhor meio para o apurar são as Provanças da Ordem de Cristo. Quantas e quantas vezes deparámos com situações de profissões mecânicas impeditivas de pretender a “nobreza” inerente a um Cavaleiro da Ordem de Cristo, mas a fortuna ia mascarando esses óbices, tudo operado no segredo das investigações. Quando chegam a Almotacés, já eram Cidadãos e antes de o serem, muitos já tinham o Hábito da Ordem de Cristo, em tantas ocasiões adquirido por compra a outrém e confirmado pela Mesa do Tribunal da mesma Ordem à custa de multas ou “donativos” na maioria das vezes.

Por vezes ocorre o inverso, como ocorreu com Brás de Abreu Guimarães que quando se habilitou à Ordem de Cristo invocou, além de ser Familiar do Santo Ofício (o que não deixava margem para dúvidas quanto a limpeza de sangue) que já “servira no governo da Cidade”, nos cargos de Almotacé, Procurador da Cidade e Tesoureiro da Câmara. Mas este oficial (sogro

do Vereador Manuel de Meireles Guedes de Carvalho, F.C.R), só solicitou o hábito com 51 anos de idade, tendo-o adquirido pela via da venalidade. Por essa razão invocou a passagem pelo poder municipal, aliás significativa, e o facto de ser “*interessado com 10 acções nas duas Companhias Pernambuco e Paraíba e na da Agricultura*”, que o auxiliou a ultrapassar o óbice de ter exercido profissões mecânicas no início da sua vida. Podemos aferir que a nobreza pretendida para ingressar na Ordem de Cristo era por vezes mais exigente do que a para ingressar nos ofícios municipais (excepto o de Vereador).

Em todo o caso cremos que o cargo de Almotacé não era indejado, pois também só há situações excepcionais de pedidos de escusa de o exercer e advêm de gente fidalga sem interesse na municipalidade portuense. É certo que o rigor na aplicação da obrigatoriedade de servir os cargos da *res publica* inclusivé o de Almotacé é um facto levado a extremos de intolerância pelo exemplo nefasto que constituiriam as dispensas do seu exercício. Esta situação está bem clara no processo régio respeitante a Francisco Maria de Andrade Corvo e José Pinto da Cunha Pimentel. De resto, só tiveram lugar situações pontuais de dispensa do cargo de Almotacé quando se tratava de oficiais com uma presença muito significativa no governo, e que pela idade avançada, ou razões para nós desconhecidas mas consideradas válidas pelo monarca, ficavam escusos do dever de exercer essa função. Mesmo assim, são raros os casos.

Grande parte dos Almotacés cooptados são Letrados, com formação jurídica. Podemos mesmo afirmar que é a grande tendência no devir de setecentos. A esses não lhes desagradaria estar próximo do poder, pois vemos muitas vezes os seus nomes de advogados na defesa de causas camarárias, em situações que já nada têm a ver com o seu papel de almotacés. Mas mesmo entre estes, muitos estão ligados ao mundo dos negócios, pelos pais ou pelos avós, já para não falar na maioria dos Almotacés que continua a pertencer a famílias, que mesmo tendo origens rurais (quase todos referindo nobreza de trato), se dedica fortemente ao negócio avultado com carregamentos para os “Brasis”.

Estaria esta gente interessada de facto em pertencer à governança municipal na situação de Almotacé? Talvez, pelos contactos e influências. Não há dúvidas também de que a imposição régia de escolha de gente “nobre” para exercer este cargo, advinha do facto de o povo aceitar melhor as determinações de alguém de nível social superior. A esse poder de mando, estaria associado o respeito inerente à pessoa que o personalizava.

Queremos com este parêntesis significar que do ponto de vista de obtenção de prestígio, pela pujança económica que vivia a Cidade do Porto no período em apreço, esta gente já o teria, embora não fosse de menosprezar que a invocação de se ter sido Almotacé era como que uma



chancela de reconhecimento social, pois inferia-se que pertencia não só a uma burguesia em pleno desenvolvimento, mas mais além, que era Cidadão, era nobre.

Podemos citar o exemplo do escrevente da Câmara, António Ribeiro da Silva Queirós, que já costumava substituir o Escrivão do Senado nas suas ausências, mas quando teve que assumir o papel de Escrivão interino, por morte do proprietário do cargo até haver novas eleições, a Rainha D. Maria I atribuiu-lhe o estatuto de Cidadão, que não tinha, para que pudesse exercer essa função. Queremos significar com este exemplo, que a pessoa, logicamente, continuava a ser a mesma, só que mediante a sua função toda a sociedade lhe reconhecia uma qualidade social atribuída pelo Poder Central. Pode-se pensar que este caso não é paradigmático porque um escrevente não seria abonado, não seria influente, mas António Ribeiro da Silva Queirós seria um homem “rico”, pois tal era exigido para ser Prior da Ordem da Trindade (pelos estatutos da mesma), cargo que ele ocupou.

Ainda quanto ao facto de aparecerem Cidadãos prontos para desempenhar cargos na *res publica*, sem pedidos ao Rei de dispensas de falta de qualidade (sabendo nós, pela investigação dos bastidores das suas vidas, que tiveram impedimento de “offícios mecânicos” eles próprios ou a sua família ascendente até à geração dos avós), ser-lhes-ia facilitado o acesso ao estatuto de Cidadão? Sabemos que o Tratado dos Morgados de 1770 e a Lei dos Casamentos de 1775, elevava ao estatuto de nobre o mercador de grosso trato.

Não chegaram até nós livros de registo de Cidadãos que pudessem eventualmente elucidar-nos sobre o processo de ingresso nesse estatuto. No entanto houve sinais de mudança nos critérios sociais. Veja-se por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia com a medida inovadora de acabar com a distinção entre Irmãos de 1.ª e de 2.ª condição logo em 1767, embora com o avanço tímido no que respeita aos Conselheiros, sobre os quais D. Maria I mais tarde, em 1792, definiria que os de 2.ª condição passariam a chamar-se “Conselheiros da classe dos officios mechanicos”.

No que respeita à Ordem de Cristo a situação também se alterou, pois a partir de 1773 deixa de haver o apuramento minucioso de limpeza de sangue. As Provanças continuam a averiguar os comportamentos sociais e ofícios do candidato, dos pais e dos quatro avós, nos lugares de origem da família e no local onde o habilitante vivia na altura, indagavam idade, nascimento legítimo, crimes e defeitos físicos (já sem grande interesse por o alvará de Cavaleiro ser honorífico e não uma realidade activa). No entanto, o fim da limpeza de sangue foi o primeiro grande golpe no valor simbólico da Ordem de Cristo. As habilitações tornaram-se mais fáceis ou eram mesmo dispensadas Provanças a quem tal o solicitava. Observámos no nosso estudo, sobretudo no seio dos almotacés, o número crescente de dispensas régias das mesmas. Para combater tal

perda de simbolismo social, a reforma de 1789 introduziu hierarquias nas Ordens Militares, estando no topo as grã-cruzes, de *numerus clausus* muito restrito, com direito de tratamento de “excelência”, além de outras prerrogativas e exigindo a idade mínima de 40 anos. No grau de Cavaleiro não foram introduzidas alterações, mas na prática este veio a degradar-se por ter sido secundarizado neste processo de rearistocratização das Ordens Militares. No entanto, a partir de 1792-93, o rigor da Carta de Lei da Rainha D. Maria, começou a ficar letra-morta e as atribuições em grande escala foram retomadas e não somente no grau de Cavaleiro. Mais uma vez os hábitos desempenharam a sua função integradora articulando simultaneamente a honra, a mercê e a venalidade, princípios inerentes ao Estado Moderno Português, que o Príncipe D. João, receoso da guerra, soube tão bem aproveitar, satelizando por essa via aqueles que mesmo não sendo fidalgos, tinham meios financeiros para servir a Coroa, na expectativa de um dia serem recompensados com distinções materiais e honoríficas.

Quanto a outras honras, relacionadas com o meio social portuense, necessitamos de aprofundar pesquisas nas Ordens Terceiras, cujos arquivos geralmente não estão ainda dinamizados de forma a permitir consultas céleres. No entanto recorrendo a algumas actas e listagens de Irmãos publicadas, nomeadamente pela Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e pela Ordem da Trindade, podemos à partida constatar a mesma tendência de permissividade social observada na Ordem Militar de Cristo. Especificando:

Na Ordem de Nossa Senhora do Carmo, distinguem-se duas fases: a primeira desde 1737 até, *grosso modo*, ao fim do período pombalino, na qual os priores são essencialmente fidalgos (D. Lourenço de Amorim da Gama Lobo, Francisco Manuel Correia de Lacerda ou portuenses já conceituados como o Cap. José Pinto de Meireles da Quinta das Virtudes ou o Dr. Bartolomeu Moreira do Couto). Esta fase acaba com a nomeação régia de Pedro Pacheco Pereira para o cargo (a Rainha D. Maria I decide anular a eleição havida, devido à desunião e discórdia que grassava entre os Mesários da Ordem Terceira do Carmo e nomeia por Real Decreto (1778) uma nova Mesa sob a presidência do referido Fidalgo da Casa Real, Pedro Pacheco Pereira). Numa segunda fase surgem imensos nomes novos, cujos apelidos nem sempre certificam uma origem fidalga. Alguns coincidem com os de Homens da Governança, de estatuto social equivalente a nobre mas não a fidalgo (Cavaleiros da Ordem de Cristo, sejam Homens de Letras ou de Negócio).

Na Ordem da Trindade, a ideia que transparece é a de que não há na época tantos nomes sonantes como na Ordem do Carmo. Trata-se, sobretudo de gente que se está afirmar socialmente. Um exemplo é António Ribeiro da Silva e Queirós, que anteriormente referimos na situação de Escrivão interino da Câmara, e que nesta Ordem foi Prior; outro caso será o de



João de Santa Anna Neves de Sousa, advogado e almotacé que veio a casar com uma senhora Pinto de Magalhães, e foi Monteiro-Mor de Sanfins. Os nomes não são nossos conhecidos em geral, o que significa que não foi gente da governança, no período estudado, mas só tentando acompanhar percursos individuais se poderia perceber o contributo de projecção social destas Ordens Terceiras, o que não é possível realizar no contexto deste trabalho, mas que é um objectivo futuro.

Tentando sintetizar, podemos afirmar que apesar de toda a evolução social que referimos, no que respeita à função de Vereador, a oligarquia dominante continua a existir sendo protagonizada pela fidalguia filhada na Casa Real, com raras aberturas a novos Fidalgos da Casa Real, procurando o núcleo duro dos fidalgos portuenses manter-se o mais possível fechado. O respeito e a consideração que demonstra pelo Rei e pelas ordens que emanam do Poder Central, é testemunhado a todos os instantes. Talvez a suspensão da Casa dos Vinte e Quatro durante 38 anos tenha sido um aviso sério para que não ocorressem contestações. O certo é que o núcleo dos Vereadores constituiu um aliado do poder Central, desde que as prerrogativas do Senado adquiridas ao longo de séculos, não fossem postas em causa. Quando tal acontecia, o que foi raro, desenterravam-se documentos comprovativos de atribuição de funções do Senado, fosse de Capitão-mor das Ordenanças, fosse de Provedor-mor da Saúde. No entanto a mesma busca infundável de documentos acontecia se fosse necessário lembrar protocolos esquecidos no tempo, como foi o do posicionamento nas procissões dos representantes da Casa do Vinte e Quatro, restabelecida em 1795, em que se chegou a pedir a decisão régia sobre a situação. De facto, em caso de dúvida, a consulta ao Monarca era uma constante, o que acontecia via Desembargo do Paço. No entanto o inverso também era verdade. A Câmara era chamada frequentemente a dar pareceres sobre requerimentos que chegavam ao tribunal do Desembargo do Paço sempre que se tratassem de situações ocorridas no concelho do Porto. Para tal o Senado convoca frequentemente a “Nobreza e o Povo”, resultando nalguns casos posicionamentos opostos nas opiniões entre o governo e a sociedade consultada, ou mesmo no seio desta. No Desembargo do Paço, se determinaria a sentença.

A figura institucional do Corregedor, que no caso do Porto acumula a função de Provedor e no tempo dos Almadás, de Governador das Armas, tem uma presença sentida no governo da Cidade, sobretudo quando se operou o grandioso desenvolvimento urbanístico portuense, em que também acumulou o cargo de Presidente das Obras Públicas. No entanto a presença é normalmente discreta, tanto quanto nos podemos aperceber (embora tenham lugar alguns conflitos relacionados com as obras) pois tendo o direito de assistir às vereações raramente o faz, o que não quer dizer que não seja um intermediário entre o Poder Central e o Poder Local, sendo o veículo de muita correspondência expedida entre a Corte e a Cidade do Porto.

Nota-se sobretudo o seu papel primacial quando se instala a Intendência da Polícia, pela qual Pina Manique comunica permanentemente ordens que têm reflexos na organização da Cidade.

Em todo o caso, novos tempos se avizinhavam e com eles a afirmação cada vez maior da burguesia no contexto do Portugal Liberal. Mas, apesar de assistirmos a algumas mudanças sociais palpáveis já em finais do século XVIII, como por exemplo, a mudança de conotação do termo “cidadão” que deixa de designar um estatuto “jurídico” de nobreza, necessário como vimos para desempenhar cargos de elite na *res publica*, para passar a ter um sentido mais abrangente de “citoyen” à francesa, o estado das coisas no Porto setecentista era ainda aquele que acabámos de transmitir: forte conservadorismo no seio da governança ao nível do Senado, embora com algumas incursões de gente influente com origem não fidalga e óbvia afirmação de um burguesia com crescente poder económico, estreitamente ligada aos negócios, sobretudo dos vinhos, muitos deles com destino ao Brasil, a qual consegue, paulatinamente ter acesso ao governo municipal.